RESENHA

FUNARI, Pedro Paulo. **Cultura Popular na Antiguidade Clássica** - grafites, arte, erotismo, sensualidade e amor, poesia e cultura. São Paulo: Contexto, 1989.

Regina Horta Duarte
Profª do Depto de História/FAFICH-UFMG

Os estudiosos da história vêm, há muito tempo, ampliando sua sensibilidade em relação aos sinais do passado que chegaram até nós, trazendo seu testemunho acerca de outras organizações sociais.

O historiador francês Lucien Febvre alertou, num texto de 1949, para a importância dessa abertura da noção do documento histórico: os documentos escritos têm grande utilidade na pesquisa. Porém, sua ausência não deve impossibilitar tal trabalho. Também os signos, as palavras, as paisagens e as formas dos campos, ou seja, tudo o que traga inscrita a ação humana serve como documento ao historiador hábil e perspicaz.

É esta criatividade na busca de fontes que faz da obra de Pedro Paulo Funari um texto essencial para os leitores que se interessam pelas várias possibilidades abertas pela construção do passado histórico. No caso, a Antigüidade Clássica é analisada a partir de um aspecto inédito, o que leva o autor a falar em uma *outra* Antigüidade. A cultura popular, suas manifestações esquecidas e desprezadas durante tantos séculos - quando só uma parte da cultura clássica fascinou e serviu de modelo à cultura ocidental moderna - é o tema de reflexão da obra.

Na ausência de documentos escritos tradicionais, o autor recupera as pichações nos muros e paredes das cidades antigas. A maior parte da documentação foi levantada em Pompéia, cidade onde uma catástrofe vulcânica preveniu a destruição desses sinais. A forma de lidar com os grafites mostra-se tão original quanto a sua escolha como documentação: Funari não se reduz a desvendar as palavras, frases e poesias inscritas, mas analisa a expressividade iconográfica dos sinais gráficos, mostrando a excelência artística dos autores anônimos e, talvez o mais importante para o olhar do historiador, a forma através

da qual esses pichadores relacionavam-se com as palavras.

No seu intento de fugir a uma história parcial, que privilegia apenas uma versão construída pelas elites dominantes da época, o autor utiliza os grafites como monumentos: são sinais de um passado construídos dentro de situações de conflito, ambigüidades, sonhos e esperanças, protestos e indignações. Entretanto, a obra continua apoiando-se num dos pilares da historiografia tradicional: o que move a pesquisa é, segundo as palavras de Funari, reconhecer-se "nos gregos e nos romanos e perceber como eles têm a ver com a gente". Historiadores dedicados ao período clássico — como Finley, Vidal-Naquet, Vernant, M. Dettienne e Paul Veyne — renovaram a abordagem historiográfica justamente pela vertente oposta. Destacam a diferença de valores, de mentalidade, de organização social. Ressaltam o caráter diverso dessas sociedades, renunciando-se às categorias eternas e continuidades enganadoras. Como afirma o filósofo C. Castoriadis, o que precisamente nos interessa na história é nossa "alteridade autêntica, os outros possíveis do homem em sua singularidade absoluta".

Outro aspecto passível de discussão pode ser apontado na visão dicotômica transmitida na separação cultura popular/cultura erudita. A cultura erudita é classificada como "continuadora imóvel da tradição reprodutora de um passado clássico"; a minoria erudita é inativa; a pintura apreciada pela elite caracteriza-se, para o autor, pela "continuidade na ausência de rupturas, na sensação de imutabilidade". Funari apresenta ao leitor uma cultura clássica erudita completamente estática e desprezível. Por outro lado, a cultura popular é dinâmica, criativa, revestida de caráter multifacetado e contestatório.

Entretanto, não é tão fácil dividir, cultura erudita e popular, já que há um movimento constante de recriações e apropriações, onde pólos aparentemente opostos se interpenetram. Além disso, é inútil negar a riqueza da cultura clássica que o autor classifica como erudita. Como desprezar (só para citar alguns exemplos) Ésquilo, Sófoles, Hesíodo, Heródoto, Virgílio e tantos outros? A nova história precisa exorcisar o perigo da adesão às novidades simplificadoras, como a de que tudo o que foi criado pelos "vencidos" seja "bom", sob pena de cair no moralismo romântico.

Paralelamente à necessidade de debater tais posições contidas no livro, afirma-se o valor de sua leitura. Dedicado a um público jovem, estimulará, sem margem de dúvida, o fascínio pelo estudo da história. Acreditamos que seu uso, em turmas de jovens estudantes, poderá contribuir imensamente para levar, ao ensino de segundo grau, uma história renovada, simples sem ser simplista, interessante e, finalmente, instigante.

IGLÉSIAS: Francisco. **Trajetória política do Brasil**. 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 316 p.

CARLA MARIA JUNHO ANASTASIA
Profª Deptº de História/UFMG

Aqueles que têm o privilégio de conhecer a intimidade compartilhada com a História pelo Prof. Francisco Iglésias; seu trânsito, com singular competência, pelas ciências sociais; sua fina ironia, não se surpreenderam com as qualidades de Trajetória política do Brasil, livro que vem reiterar a posição do autor, considerado um dos maiores historiadores do país.

Trajetória política do Brasil é obra da mais refinada tradição historiográfica e, embora recentemente publicada, já se coloca ao lado dos clássicos da História do Brasil. A identificação do trabalho do Prof. Francisco Iglésias com as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., e com o magistral Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, é imediata.

Na introdução, o autor explicita a necessidade do trato rigoroso das questões metodológicas. Enfatiza as imprescindíveis conexões da história política com a sociologia, economia e cultura. Pelo caráter abrangente de seu texto, ressalta somente as invocar para caracterizar o sentido geral da obra. Tratando dos cortes temporal e temático - que permitem o estudo da história por partes - afirma fazer "dupla história especial; no espaço e no assunto". História especial no espaço ao tratar especificamente do Brasil; história especial nos "aspectos do real", ao privilegiar o político.

Com rara habilidade, o autor desenha a trajetória política do Brasil do período colonial à fase imediatamente anterior ao golpe político militar de 1964. À luz dos ensinamentos de Marc Bloch, explica essa trajetória do lugar onde ela se torna inteligível - como parte de uma totalidade - a história geral. Reitera o autor que o pleno sentido da história política do Brasil"... só se esclarece no relacionamento das partes, com as quais se forma um sistema, configurador de várias fisionomias".

Assim, ao analisar o período colonial, compara a política administrativa implementada no Brasil por Portugal com o quadro político delineado nas colônias espanholas e ressalta as relações que se estabelecem entre os estados europeus. Emerge, nessa primeira parte da obra, o Brasil inserido em um sistema mais amplo, que se convencionou denominar Antigo Sistema Colonial.

O mesmo procedimento é adotado na Parte II na qual o autor examina a transição do mundo colonial para o Brasil independente. Novamente aparece o universo europeu do Iluminismo, do Racionalismo, das políticas agressivas das

potências do além-mar, o papel desempenhado por Portugal e Espanha. Situa-se nesta intrincada rede de relações políticas a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e o final da transição para a Monarquia.

Na terceira parte, o autor apresenta as singularidades do regime monárquico brasileiro em uma América Latina republicana. A análise se torna mais complexa à medida em que avança o processo de nacionalização da independência. Apesar da maior complexidade do texto, é a questão da dicotomia centralização versus descentralização, decisiva no período colonial, que continua a informar o exame do processo político pelo autor. E assim terá seu próprio lugar na análise do federalismo na República.

Na Parte IV, ao examinar o período republicano, surgem, com mais força as especificidades da trajetória política brasileira. Sem dúvida, a preocupação central do texto e o ponto mais alto do trabalho.

Deve ser ressaltado como o cuidadoso trato do autor com as palavras consegue transmitir ao leitor fortes impressões. Não há como não antecipar àqueles que ainda não tiveram o livro nas mãos, a presença, na obra, de vigorosos perfis de homens públicos da República e a densidade da análise de momentos cruciais deste período. A fundação da República e Floriano, homem que se deixou tomar pela paixão política; Juscelino Kubitschek e suas realizações, pelos quais o autor deixa transparecer grande admiração; Jânio Quadros, sua estranha personalidade e seu ambíguo comportamento político são exemplos de virtudes, circunstâncias e acasos, cuja descrição impressiona vivamente o leitor.

O trabalho do Prof. Francisco Iglésias, ao contrário dos pesados textos acadêmicos, é de leitura saborosa. Não sem razão, em número alentado de páginas constam apenas vinte e sete notas.

Ao final, o autor apresenta, além de uma cronologia, bibliografia selecionada e comentada. E é sem surpresa que se encontra, com algumas poucas exceções, as obras clássicas da historiografia brasileira nesta síntese da história do Brasil que já nasce clássica.

O autor afirma que seu livro é um "... texto a ser lido por qualquer pessoa culta"'. Essas pessoas e, em especial, os estudiosos da história do Brasil certamente terão um enorme prazer ao ler Trajetória política do Brasil.

DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS

Título da Dissertação: Partido e Sociedade. A Trajetória do MDB

Data da defesa: 23.09.93
Banca examinadora: Orientadora: Lucília de Almeida Neves Delgado
Carla Maria Junho Anastasia
Olavo Brasil de Lima Júnior
Autor: Rodrigo Patto Sá Motta

Resumo

O objetivo do trabalho foi analisar como se deram as relações entre o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a sociedade brasileira (Considerada na sua diversidade e complexidade), ao longo da história daquele partido (1966 a 1979). Constatou-se que tal relacionamento não se deu de maneira linear, ocorrendo transformações no decorrer do período histórico em questão.

Desde o início da trajetória emedebista, segmentos do partido tentaram aproximá-lo de certos grupos e interesses sociais. No entanto, este esforço se chocou contra uma série de barreiras, tanto internas (oposição dos setores conservadores do partido) quanto externas (descrédito popular em relação ao partido, ação da repressão) ao MDB.

A partir de meados da década de 1970, porém, estabeleceu-se uma conjuntura mais favorável ao enraizamento social do MDB. A conjunção de vários fatores favoráveis (início da distenção, ação política mais agressiva por parte do MDB, resultado das eleições de 1974, entre outros) permitiu ao partido "das oposições" emergir com um novo perfil no Pós-74, transformando-se num pólo de atração importante para os movimentos sociais.

É então que ele se transforma de fato numa frente oposicionista, abarcando as reivindicações de grupos sociais diversos.

Título da Dissertação: "Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Séc. XVIII: Estratégias de Resistências Através dos Testamentos"

Data da defesa: 05.10.93
Banca examinadora: Orientador: Douglas Cole Libby
Mary Del Priori
Carla Maria Junho Anastasia
Autor: Eduardo França Paiva

Resumo

Tomando como base uma série de 357 testamentos de homens e mulheres livres e libertos, moradores na Comarca do Rio das Velhas - Capitania de Minas Gerais -, registrados entre 1720 e 1785, empreendemos um estudo sobre o Universo Mineiro Colonial e sobre o cotidiano das relações escravistas na Região. O cruzamento das informações documentais com as discussões apresentadas por uma bibliografia extensa ensejaram uma análise geral sobre aquele contexto histórico, privilegiando, contudo, três temas fundamentais: as estratégias de resistência empregadas pela população negra contra o sistema escravista, o significativo número de alforrias e coartações e, evidentemente, a grande população forra existentes nas Minas e a atuação das mulheres negras (cativas e libertas) junto à construção daquela sociedade setecentista.

Neste sentido, foi possível vislumbrar uma realidade ainda pouco conhecida onde escravos, libertos e seus descendentes assumiram, efetiva e continuamente, o papel de agentes históricos e, portanto, transformadores de seu tempo.

Título da Dissertação: Fé na Modernidade e Tradição na Fé: A Catedral da Boa Viagem e a Capital.

Data da Defesa: 03.12.1993
Banca examinadora: Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra
Carlos Roberto Jamil Cury
Regina Horta Duarte
Autor: Marcelina das Graças de Almeida

Resumo

O tema básico da dissertação se inscreve no sentido de acompanhar o processo de construção da Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem, tentando revelar os possíveis significados pretendidos e assumidos pelo templo religioso, dentro do contexto urbano da nova capital, Belo Horizonte.

Pretendeu-se no desenvolvimento do texto visualizar as estratégias expressas no campo do imaginário e do simbólico envoltas no processo construtivo da igreja, relacionado com a disputa pelos espaços de poder dentro da cidade e a gestação de novos eventos e práticas religiosas que pudessem dar um novo suporte e formatação ao novo templo católico, adequados aos novos valores que eram postulados naquela ocasião.

Finalmente o trabalho nos possibilita perceber que durante esse processo no qual se cruzam a concretização da República, a instalação da nova capital mineira e o destino da Igreja da Boa Viagem, é que ele participa de um contexto mais amplo, no qual se inserem as transformações ocorridas no cenário nacional e internacional. Portanto dar conta dessa dimensão é fundamental para se compreender o caráter das transformações que a igreja sofreu ao longo dos anos.

Título da Dissertação: "Escravo e Abolicionismo na Imprensa Mineira 1850/1888"

Data da defesa: 06.12.93
Banca examinadora: Orientador: Douglas Cole Libby
Francisco Iglésias
Maria Auxiliadora Faria
Autora: Liana Maria Reis

Resumo

A pesquisa tem por objetivos resgatar o escravo como agente histórico que agia e pensava de forma própria, e sua participação no processo abolicionista na província mineira. Analisando sua atuação, expressa tanto nos atos de rebeldia explícita ao sistema (como assassinatos, roubos, fugas, etc.), como nos atos de resistência, menos radicais e perfeitamente integrados ao escravismo (como acordos sistêmicos, apelo à caridade e às leis, etc.), o estudo tenta mostrar a possível relação entre esses atos e as leis decretadas pós 1850. Da mesma forma procurou-se verificar quais os segmentos sociais que entraram na luta contra a escravidão, destacando o papel da imprensa e das Associações Emancipadoras, cuja atuação no processo abolicionista mineiro foi limitada estruturalmente pela própria especificidade da economia e do escravismo em Minas Gerais. A pesquisa buscou também verificar a imagem que foi sendo construída do escravo na Imprensa. Também o estudo procurou analisar como o poder público tentou controlar os passos dos escravos no meio urbano incorporando homens e mulheres livres e forros na legislação repressiva.

NORMAS GERAIS

VARIA HISTORIA
FAFICH/UFMG

Quanto aos estudos para publicação:

1. Devem ser datilografados em espaço duplo, máximo de 25 laudas e mínimo de 10, exceção feita às resenhas e comunicações em congressos da área. Em casos especiais, com anuência do Conselho Editorial são aceitas matérias mais longas. Devem ser enviadas 2 cópias, com endereço completo e telefone do autor.
2. Devem ser originais, inéditos, redigidos em português, francês ou inglês.
3. Devem contar no cabeçalho: título, nome do autor, qualificação e procedência.
4. Contar com um resumo e respectivos **abstract** com um máximo de 12 linhas.
5. Nas ilustrações (fotografias, gráficos e tabelas...) que exijam fotolitos as despesas extras correm por conta do autor.
6. As notas bibliográficas devem constar em folha à parte conforme normas da ABNT-NB-66.

Os trabalhos são analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Editorial ou assessores ad hoc, que podem recusá-los tendo em vista a originalidade do assunto ou tratamento apresentado, a clareza da redação e a normatização das referências bibliográficas. Os conselheiros podem sugerir modificações e, ainda, realizar pequenas alterações quanto à apresentação redatorial.